

EDITORIAL

Helena Neves

A vasta e riquíssima documentação preservada pelo Arquivo Municipal de Lisboa potencia e justifica a colaboração em projetos multidisciplinares, e de fins diversos, com parceiros externos ao município. Só desta forma se pode projetar a importância do seu acervo para os estudos disciplinares, em múltiplas áreas do conhecimento científico.

É o que acontece este ano em que se assinala o bicentenário da Revolução Liberal, para o qual o município de Lisboa desenvolveu um conjunto de iniciativas que se completam no alcance a diferentes públicos.

A colaboração nesta efeméride foi feita a partir de duas vertentes. Por um lado, assumindo o compromisso nos últimos dois anos de disponibilizar ao público fontes referentes a este período, que passou pela constituição de uma equipa que assegurou a pesquisa, recolha, tratamento e digitalização de documentação proveniente da Chancelaria da Cidade e da Chancelaria Régia, resultando na publicação de um catálogo temático que ficará disponível ao público em suporte digital no sítio web do Arquivo Municipal de Lisboa até ao final do ano.

Depois, materializando-se na produção dos números 14 e 15 dos *Cadernos do Arquivo Municipal* (volumes 1 e 2, respetivamente), onde se divulga uma parte significativa desta documentação e se publica um conjunto de estudos com diversos alcances, sob diferentes perspetivas e matizes, que refletem alguma da investigação que tem vindo a ser realizada sobre o período liberal nos mais diversos campos, político, institucional, social, cultural, da saúde e da justiça, num tempo de complexas e significativas mudanças para o país.

Sob a coordenação do Professor Doutor José Louzada Subtil, a quem deixo uma palavra de gratidão pela inextinguível colaboração, não só neste projeto, como em muitos outros do Arquivo Municipal de Lisboa, os conteúdos destes dois números resultaram numa edição especial impressa, com uma tiragem simbólica de 200 exemplares, com o patrocínio exclusivo da Universidade Autónoma de Lisboa. Estes exemplares serão oferecidos a centros de investigação e a bibliotecas, para que possam ser disponibilizados aos leitores interessados.

A terminar, não poderia deixar de invocar a imagem da capa, integrada no acervo documental do Arquivo Municipal. A partir de um soberbo desenho de autor desconhecido, trata-se da gravura de uma alegoria à vitória da Legitimidade, ou seja, das forças liberais que encaravam a sua luta no período da guerra civil, como o lado progressista da justiça, virtude e liberdade. Personificada numa figura feminina alada que, de braços erguidos, empunha numa das mãos, o nome da futura rainha D. Maria II e, na outra, a Carta Constitucional, é uma imagem de grande beleza e profundo significado simbólico. Segundo a legenda, a gravura terá sido feita em 1828, mas só foi à estampa em julho de 1833, data visível no escudo do cinto, e que se refere, certamente, à consumação da entrada das tropas liberais em Lisboa. Arrisco então a transportar para esta figura feminina um outro significado, o de simbolizar a cidade de Lisboa, que rejubila e acolhe a vitória dos Liberais augurando o fim de um período turbulento e a esperança num auspicioso futuro.

Correlacionando estas palavras finais com o tempo presente que vivemos, resta expressar os votos de uma boa leitura.

